

CURRÍCULO E DIFERENÇA NO ESTADO PARANÁ: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS DIRETRIZES CURRICULARES

CURRICULUM AND DIFFERENCE IN THE STATE OF PARANÁ: AN ANALYSIS FROM THE CURRICULAR GUIDELINES

João Carlos Pereira de Moraes **1**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar como o currículo para a Educação Regular do Estado do Paraná aborda a temática diversidade em seu texto base. Para tanto, realizou-se uma análise documental referente ao mesmo, escolhendo as diretrizes relativas aos componentes curriculares. O intuito foi criar unidades de sentido referente ao assunto, elaborando discussões sobre as prescrições dadas para o trabalho educacional com a diferença. Como resultado nota-se que foi possível compor duas categorias gerais, que tangenciam todos os documentos: 1) Diversidade e Contexto Social e 2) Diversidade e Interdisciplinaridade, e cinco categorias específicas, que ora estão presentes em uma das diretrizes, ora presente em outra: 1) Diversidade e Estudos Africanos; 2) Diversidade como fonte de Produção de Conhecimento; 3) Diversidade como conhecimento Histórico; 4) Diversidade como estrutura de pensamento crítico; e 5) Diversidade como regionalismo.

Palavras-chave: Diversidade Cultural. Currículo Escolar. Diferença.

Abstract: This article aims to analyze how the Curriculum for Regular Education in the State of Paraná addresses the theme diversity in its base text. In order to do so, a documentary analysis was made regarding the same, choosing the guidelines related to the curricular components. The intention was to create units of meaning related to the subject, elaborating discussions about the prescriptions given for educational work with difference. As a result, it is possible to compose two general categories, which touch on all documents: 1) Diversity and Social Context and 2) Diversity and Interdisciplinarity, and five specific categories, which are now present in one of the guidelines, now present in another : 1) Diversity and African Studies; 2) Diversity as a source of Knowledge Production; 3) Diversity as historical knowledge; 4) Diversity as a structure of critical thinking; and 5) Diversity as regionalism.

Keywords: Cultural diversity. School curriculum. Difference.

Introdução

A diversidade cultural no contexto escolar é um tema que tem gerado uma grande notoriedade no campo educacional (GUSMÃO, 2000; CARRARA, 2009), tanto em sua relação com questões políticas partidárias (WANG, 2013), quanto em seus aspectos de trabalho cotidiano de docentes na Educação Básica (DINIZ et al, 2016). Embora seja emergente nos discursos sociais o debate sobre a priorização ou não da diversidade nos currículos escolares, em contextos de maior aprofundamento teórico educacional, a sua inserção nas práticas de sala de aula torna-se elemento significativamente consolidado.

Tal consolidação reflete, por um lado, as demandas advindas da sociedade, como a luta das minorias e dos movimentos sociais por espaços mais expressivos na sociedade (GADOTTI, 1992). Em outro aspecto, na condição de potencializador desta visão, pode-se considerar a produção de atitudes responsivas nos docentes quanto ao seu papel no processo de conscientização e problematização da diversidade humana (MORAES, 2018). Ambos trazem em seu bojo de formação a crença de que algo deve ser realizado para promover discussões referentes à temática.

Ao partir do pressuposto que o debate precisa ser realizado, a questão que nos é colocada consiste em procurar aproximações com o *modus operandi* para adentrar no assunto. Nesse sentido, espera-se que as propostas curriculares tragam significâncias ao trabalho docente, orientando-o, mesmo que não diretamente, pressupostos de abordagem à diversidade em sala de aula.

Perante o suscitado, essa pesquisa procura promover um olhar para as Diretrizes Curriculares do Paraná no que tange à diversidade. Para tanto, pautou-se no objetivo de analisar como o currículo para a Educação Regular do Estado do Paraná aborda a temática diversidade em seu texto base. Como forma de atingir o proposto, utilizou-se da pesquisa documental no intuito de criar unidades de sentido referente ao assunto.

Para a apresentação do trabalho, a pesquisa foi dividida da seguinte forma: 1) Diversidade cultural no cotidiano escolar – um breve debate sobre as compreensões e pressupostos sobre diversidade que o trabalho pauta-se; 2) Políticas públicas sobre diferença no âmbito escolar, no qual são apresentadas as principais políticas de diversidade na visão dos pesquisadores; 3) Pressupostos Metodológicos, em que são descritos os processos de coleta, análise e apresentação dos dados; e, por fim 4) Resultados e Discussões, configurando os entendimentos obtidos e as inferências feitas para promover possíveis considerações ao objetivo do artigo.

Diversidade Cultural e Cotidiano Escolar

Para adentrar o debate diversidade cultural é necessário compreender minimamente a conceituação de diversidade e as implicações da temática para nossa sociedade. Embora seja uma questão que deva ser abordada e trabalhada na escola e na sociedade de uma forma geral (BRASIL, 1997), ainda nos dias de hoje, o preconceito ao considerado diferente, que possuem costumes, crenças, religiosidade, questões sexuais e/ou outros aspectos diversos ao estipulado normal, é acentuado (BENTES et al, 2016).

A diversidade é muito mais do que o conjunto das diferenças. Conforme Candau (2011), ao entrarmos nesse campo, estamos lidando com a construção histórica, social e cultural das diferenças a qual está ligada às relações de poder, aos processos de colonização e dominação. Portanto, ao falarmos sobre a diversidade (biológica e cultural) não podemos desconsiderar a construção das identidades, o contexto das desigualdades e das lutas sociais.

A diversidade está presente em todos os contextos da sociedade. Vivemos em um mundo de várias culturas, variações linguísticas, modos de pensar e sentir. Cada lugar possui a sua história, a sua forma de se vestir. Por outro lado, a sociedade, muitas vezes, ao forjar “uma espécie de ‘ser verdadeiro e uno’ coletivo, oculto sob os muitos outros ‘seres’ mais superficiais ou artificialmente impostos”, como aponta Stuart Hall (1996, p. 68), cria padrões de normalidade, geradores de hierarquias entre sujeitos e, conseqüentemente, exclusões.

Em uma visão mais ampla para a diversidade cultural, Peixoto (2008) destaca que:

A cultura brasileira em sua essência seria composta por uma diversidade cultural, fruto dessa aproximação que se desenvolveu desde os tempos de colonização, a qual, como

sabemos, não foi, necessariamente, um processo amistoso entre colonizadores e colonizados, entre brancos e índios, entre brancos e negros. Se é verdade que portugueses, indígenas e africanos estiveram em permanente contato, também é fato que essa aproximação foi marcada pela exploração e pela violência impostas a índios e negros pelos europeus colonizadores, os quais a seu modo tentavam impor seus valores, sua religião e seus interesses. Porém, ao retomarmos a ideia de cultura, adotada no início do texto, podemos afirmar que, apesar desse contato hostil num primeiro momento entre as etnias, o processo de mestiçagem contribuiu para a diversidade da cultura brasileira no que diz respeito aos costumes, práticas, valores, entre outros aspectos que poderiam compor o que alguns autores chamam de caráter nacional (PEIXOTO, 2008, p.79).

O Brasil é considerado como um dos países onde a miscigenação e pluralidade de ideias são muito grandes, possuindo indivíduos com diferenças culturais em uma mesma localidade, principalmente nos grandes centros urbanos, onde a maioria das pessoas está conectada em um mundo globalizado (ORTIZ et al, 1999).

Em nosso país, cada cidadão é levado, cotidianamente, a conviver com a diversidade. Isso deveria ser motivo de orgulho pela riqueza que confere à nação brasileira (FERNANDES, 2005). Se abandonarmos a compreensão quase simplista que a frase anterior, é possível visualizar as manifestações da riqueza cultural nos mais diversos âmbitos, como, por exemplo, a literatura, a religião e a música (GADOTTI, 1992). Elementos, muitas vezes, hostilizados pelos grupos que se subjazem da cultura erudita, mas valorizada, até mesmo de forma errônea, por âmbitos que visam o capital, como, por exemplo, o turismo.

Os grupos sociais que possuem uma cultura diferente daquela considerada hegemônica¹ são postos a margem das práticas coletivas da sociedade, o que acaba acarretando limitações no exercício de seus direitos (CANCLINI, 2009). Desta forma, as escolas, por este ser um dos primeiros meios sociais em que a criança frequenta, potencializa-se quanto espaço para criar uma política mais consistente na problematização do tema. Algo necessário para formar sujeitos com uma visão menos estereotipada em relação aos modos de vida de outros e, ao mesmo tempo, com maior aceitação de suas crenças, religiões, raças, sexualidades, etc.

Segundo Gomes (2003),

pensar sobre a diversidade vai além do reconhecimento do outro. Significa sobre tudo, pensar a relação entre eu e o outro, uma vez que a diversidade em todas as suas manifestações é inerente à condição humana: somos sujeitos sociais, históricos e culturais e, por isso diferente. Isso não significa negar as semelhanças. [...] Entretanto, a existência de pontos comuns entre os diferentes grupos humanos não pode conduzir a uma interpretação da experiência humana como algo invariável. “Cada construção cultural e social possui uma dinâmica própria, escolhas diferentes e múltiplos caminhos a serem trilhados” (GOMES, 2003, p. 72-74).

Nesse sentido, os professores são possíveis agentes para promover práticas que mostrem aos seus alunos que a diversidade cultural deve ser concebida com respeito. Caso contrário, como aponta Manoel e Moraes (2017), deixaremos o legado desses debates a instituições pouco preocupadas com a criticidade e princípios democráticos de formação dos sujeitos, que visem processos de dominação e subjugação do pensamento humano.

A partir desse princípio, Soares (2003) enfatiza que é fundamental que a escola estimule a valorização das diferenças presentes neste meio social para que, assim, possa ser oportunizado

¹ Neste texto, cultura hegemônica é entendida a partir dos pressupostos eurocêntricos, de branquitude e da heteronormatividade.

a todos os alunos da instituição saberes sobre a diferença. Assim sendo, conhecer a história dos negros, dos índios, dos povos nordestinos, discutir questões de gênero e sexualidade, entre outros, pode oferecer uma aprendizagem significativa sobre outras formas de ver o mundo.

Nesse contexto, trabalhar com a diversidade cultural no ambiente escolar torna-se um mecanismo eficaz na produção das dimensões atitudinais da formação humana (BERSAGUI; JUNG; SILVA, 2019), já que fomenta o debate sobre conhecimentos e valores referente às diferenças.

Uma ação pedagógica realmente pautada pelo respeito à diversidade cultural deve ter como princípio uma política curricular da identidade e da diferença. Por outro lado também não basta só reconhecer e celebrar a diferença, mas também questioná-la, a fim de perceber como ela está constituída (NUNES, 2013, p.20).

Perante tal ideia e por sabermos que todo currículo é uma escolha (SILVA, 2010), rever os documentos curriculares que nos norteiam e pensar como atender as demandas que nos chega ao espaço escolar tornou-se elemento constituinte da prática docente. Contexto este que se insere o tema diversidade.

Ao conhecer mais a fundo sobre a diversidade cultural no contexto educativo, é importante explorar também as questões referentes às diferenças culturais, processos e práticas educativas.

Nos últimos anos, essas discussões sobre diferenças culturais nas práticas pedagógicas vêm se afirmando (MOREIRA; CANDAU, 2012; CANDAU, 2011). Nesta perspectiva, os primeiros aspectos que são necessários esclarecer se referem aos conceitos de cultura e diferença nos quais este trabalho se baseia. No que diz respeito ao sentido do termo cultura, certamente polissêmico e complexo, assumimos a perspectiva privilegiada por Velho (1994, p.63), quando afirma:

Assim como todos os homens em princípio interagem socialmente, participam sempre de um conjunto de crenças, valores, visões de mundo, redes de significado que definem a própria natureza humana. Por outro lado, cultura é um conceito que só existe a partir da constatação da diferença entre nós e os outros (VELHO, 1994, p. 63).

Nesse sentido, a cultura da qual falamos não se refere a uma visão que dicotomiza ou aponta como opostas a cultura erudita de cultura popular. Ambas são construções humanas cerceadas por forças que geram condensações temporárias, normatividade e modos de ver o mundo (BESLEY; PETERS, 2007). Dito isto e a partir da inferência da mutabilidade da cultura, procurar essências e padrões comuns a todos se torna um processo invalidado, já que a palavra de ordem aqui seria permanente produção. Para nós, então, cultura é uma produção social capaz de nos diferir um dos outros, mas que não necessariamente contenha em si elementos de hierarquização de sujeitos.

Quanto à diferença, Silva (2010) propõe uma distinção entre diversidade e diferença oportuna para expressar a perspectiva intercultural desse estudo. Segundo ele,

Em geral, utiliza-se o termo [diversidade] para advogar uma política de tolerância e respeito entre as diferentes culturas. Ele tem, entretanto, pouca relevância teórica, sobretudo por seu evidente essencialismo cultural, trazendo implícita a ideia de que a diversidade está dada, que ela preexiste aos processos sociais pelos quais – em uma outra perspectiva - ela foi, antes de qualquer outra coisa, criada. Prefere-se, neste sentido, o conceito de “diferença”, por enfatizar o processo social de produção da diferença e da identidade, em suas conexões, sobretudo com relações de poder e autoridade. (SILVA, 2010, p. 44-45)

Ou seja, associado ao conceito de diferença, opção desta pesquisa em detrimento de diversidade, estão inseridos compreensões que as divisões sociais entre sujeitos são formações históricas, que embutem ideologias e paradigmas da sociedade. Sendo assim, não são verdades

absolutas e, sim, construções e produções humanas, passíveis de se constituírem de outros modos.

Após compreender melhor sobre a diferença cultural é relevante entender também como as leis determinam a sua inclusão no contexto escolar e qual o papel estipulado aos profissionais da educação quanto ao trabalho docente a ser construído sobre o tema.

Políticas Públicas sobre Diferença no Âmbito Escolar

As políticas públicas sobre diversidade cultural, no âmbito escolar, têm por finalidade garantir uma educação que valorize as diferenças entre os seres humanos, partindo do pressuposto que em toda comunidade o respeito deva prevalecer sobre a discriminação. Nesse sentido, as políticas públicas de inclusão visam propagar e fomentar os direitos que todos os cidadãos possuem, independente de sua raça, etnia, religião, sexualidade ou demais características vistas como de categoria minoritária (VÁZQUEZ; DELAPLACE, 2011).

No Brasil, cada cidadão é levado cotidianamente a conviver com a diversidade. Assim como a nossa diversificada fauna, essa deve ser vista quanto riqueza brasileira (GADOTTI, 1992). Contudo, conforme aponta Gadotti (1992), essa riqueza carece de incentivos governamentais para sua pluralização e valorização social (GADOTTI, 1992).

Para garantir os trabalhos sobre a importância da diversidade cultural em sala de aula, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96 (BRASIL, 1996) vem dar respaldo aos profissionais da educação e buscar promover o ensino e o respeito sobre essa temática. Ao analisar o documento, no que diz respeito à diversidade, verifica-se o seguinte exposto:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, considerado o primeiro documento da educação brasileira que aborda a questão da diversidade, estabelece, como base nacional comum dos currículos dos ensinos fundamental e médio, o ensino da história do Brasil e as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia, como também o ensino sobre a história e a cultura afro-brasileira, sendo que os conteúdos devem ser trabalhados no âmbito de todo o currículo (art. 26 e 26-A). O documento assegura, no ensino às comunidades indígenas, a utilização da sua língua materna e os processos próprios de aprendizagem (art. 32) e o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil (art. 33) (KADLUBITSKI; JUNQUEIRA, 2009, p.187).

Por meio das questões levantadas pela LDB (BRASIL, 1996), emerge a necessidade de uma reflexão de práticas escolares sobre a diversidade cultural. Dessa forma, o Ministério da Educação criou os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997), que trazem temas transversais, isto é, questões sociais relevantes para debate em sala de aula, como a pluralidade cultural e sexualidade humana.

Tratar da diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a da superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão, tarefa necessária ainda que insuficiente, para caminhar na direção de uma sociedade mais plenamente democrática. É um imperativo do trabalho educativo, voltado para a cidadania uma vez que tanto a desvalorização cultural-traço bem característico de pais colonizado-quanto à discriminação são entraves à plenitude da cidadania para todos, portanto, para a própria nação (BRASIL, 1997, p.21).

Compreende-se, assim, que a ênfase sobre a questão da diversidade na escola caminhe para que todos os alunos possam conhecer os diferentes modos culturais de vivência e, assim, fazer com que se eliminem atitudes discriminatórias que afetam significativamente o desenvolvimento educacional e social de todos os alunos (CANEN, 2008).

Após a elaboração dos PCN para tratar da questão da diversidade, foram criadas outras leis que visam reconhecer mais as diferentes culturas que o Brasil possui. Esta é uma forma de valorizar e homenagear os povos que lutam pela liberdade e, também, pelo crescimento do país. Cita-se, por exemplo, a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a LDB para inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura afro-brasileira (BRASIL, 2003). Conseqüentemente, são elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações-raciais e para o Ensino de História e cultura afro-brasileira e africana (BRASIL, 2004).

A inclusão no currículo escolar sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Indígena é essencial para que os alunos possam conhecer mais afundo a importância que essa diversidade cultural produzida pela miscigenação desse povo e da luta que os mesmos realizaram para a construção do país. O que acarretou a elaboração da lei nº 11.645 de 2008 (BRASIL, 2008), em que é destacada a história e a cultura indígena no currículo oficial da rede de ensino pública ou privada, tornando obrigatório o estudo destas nas escolas.

A Lei 11.645/08 foi uma das grandes conquistas para o reconhecimento social do negro e do indígena. Ela abarca uma série de importantes questões, pois não se resume à questão da escravidão e do preconceito, já que retrata a importância do reconhecimento do negro e do índio como pilares da formação da sociedade brasileira, como sujeitos históricos que lutaram pelos seus ideais (BRASIL, 2004).

Estudar a cultura afrobrasileira e indígena possibilita novas oportunidades de erradicar a discriminação, pois possibilitam a formação de adultos mais conscientes da potencialidade social da diferença, proporcionando um novo olhar sobre a importância desse povo para a construção de um país mais justo e menos preconceituoso.

Desse modo, a educação para a diversidade, conforme relatada nos PCN (BRASIL, 1997), tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, atitudes, posturas e valores que preparem o cidadão para uma vida de respeito entre todos, sem as barreiras estabelecidas por séculos de preconceitos, estereótipos e discriminações, que fecundaram o terreno para dominação de um grupo, sexo ou de uma religião sobre a outra.

Em relação à inclusão da diferença nos currículos, os PCN (BRASIL, 1997) apontam que é necessário considerar a diversidade e adequar os objetivos e os conteúdos de forma a atender a diversidade existente no país, levando em consideração além das capacidades intelectuais do aluno, o conhecimento e, também, as vivências de que o aluno dispõe. Tomam-se, assim, os interesses e motivações dos alunos como um elemento essencial na produção de uma educação de qualidade.

Nos documentos introdutórios dos PCN para o terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental (Brasil, 1998), por exemplo, enfatiza-se que a questão da diversidade faz parte dos temas transversais que deverão perpassar as diferentes disciplinas curriculares (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes) e permitir, com isso, a interdisciplinaridade no ensino fundamental.

Entende-se que esta é uma forma de respeitar e valorizar uma característica latente na nossa sociedade e, conseqüentemente, criar modos de interação entre diferentes etnias, grupos culturais, descendentes de imigrantes de diversas nacionalidades, religiões, línguas e formas de viver a sexualidade humana. Ou seja, cada grupo possui suas qualidades próprias que merecem respeito e podem contribuir para o desenvolvimento coletivo e cooperativo do Brasil.

Pressupostos Metodológicos

Para a realização da pesquisa, utilizou-se a pesquisa documental, em que se procurou analisar a inserção sobre diversidade e diferença no currículo escolar do Estado do Paraná.

Segundo Gil (2002, p. 44),

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser re-elaborados de acordo

com os objetos da pesquisa (GIL, 2002).

Nesse sentido, consideramos para a pesquisa os documentos curriculares do Paraná como nossa fonte de retirada de dados, vendo-os na condição de documentação estável para análise. A intenção consistiu em elaborar a partir da leitura analítica do currículo da Educação Básica do Estado do Paraná unidades significativas sobre temas de diversidade e diferença.

Adentrando nos materiais, elencou-se que o Estado do Paraná possui dezenove documentos relativos à orientação curricular, são eles:

1. Diretrizes Curriculares da Educação Básica Arte
2. Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Biologia
3. Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Filosofia
4. Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Física
5. Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Geografia
6. Diretrizes Curriculares da Educação Básica - História
7. Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Matemática
8. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo
9. Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos
10. Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Ensino Religioso
11. Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Sociologia
12. Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Língua Portuguesa
13. Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual
14. Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Ciências
15. Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Química
16. Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Língua Estrangeira Moderna
17. Orientações Curriculares para Formação de Docentes
18. Diretrizes Curriculares da Educação Básica Educação Física
19. Caderno de Expectativas de Aprendizagem

Dentre os dezenove documentos, dezessete são diretrizes, um orientação e um caderno de expectativa de aprendizagem. Nesse trabalho, optamos por focar nas diretrizes, uma vez que elas são as normas a serem seguidas na atuação na educação paranaense e, as demais, consolidam-se como orientações passíveis ou não de serem aplicadas. Para a análise também retiramos as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, já que esta é um documento específico para a Educação Campo e não para a Educação Básica geral.

As Diretrizes restantes, dividimos em dois grupos, específicas e transversais, tendo 13 da primeira e 3 da segunda. Visto o número de Diretrizes para análise, optamos por observar apenas aquelas relativas aos componentes curriculares, uma vez que essas são as mais significativas para o trabalho dos docentes em cada disciplina.

Quadro 1. Divisão das diretrizes para a pesquisa

Específica de Componente Curricular	Transversal ao Currículo
Diretrizes Curriculares da Educação Básica Arte	Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Biologia	Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Ensino Religioso
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Filosofia	Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Física	
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Geografia	
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - História	
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Matemática	
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Sociologia	
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Língua Portuguesa	
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Ciências	
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Química	
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Língua Estrangeira Moderna	
Diretrizes Curriculares da Educação Básica Educação Física	

Fonte: os autores.

Para análise dos dados, elaboraram-se categorias que foram construídas a partir de uma leitura inicial dos pesquisadores, objetivando a criação de agrupamentos significativos para a leitura de diversidade e diferença no texto curricular.

Resultados e Discussão

No primeiro momento, fizemos um levantamento do uso das palavras diversidade ou diferença humana nas Diretrizes Específicas de Componente Curricular.

Tabela 1. Inserção da palavra Diversidade

Diretrizes	Diversidade
Diretrizes Curriculares da Educação Básica Arte	6
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Biologia	3
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Filosofia	4
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Física	3
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Geografia	12
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - História	12
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Matemática	3
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Sociologia	11
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Língua Portuguesa	5
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Ciências	3
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Química	3
Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Língua Estrangeira Moderna	11
Diretrizes Curriculares da Educação Básica Educação Física	9

Fonte: os autores.

A partir do levantamento feito, nota-se que as questões de diversidades são mais frequentes nas áreas de ciências humanas, seguidas por linguagens e, por fim, as ciências exatas. Vemos que todas as ciências exatas trazem três momentos à questão da diversidade. Esses três momentos são comuns a todos os componentes curriculares, ou seja, não é algo específico da área. No nosso ponto de vista, essa separação dessa utilização de diversidade pode ser feita em duas categorias:

Quadro 2: Categorias gerais (1 e 2)

Categoria	Descrição
Diversidade e contexto social	Todas as diretrizes apontam para a relação entre os conteúdos atuais da escola com a diversidade étnico-cultural e os problemas sociais contemporâneos.
Diversidade e Interdisciplinaridade	Todas as diretrizes apontam para a interdisciplinaridade como mecanismo para contextualização da diversidade em sala.

Fonte: os autores.

Além dessas gerais, não encontramos outras formas de apresentação nas disciplinas de Biologia, Física, Matemática, Ciências e Química. O que nos leva a pensar a necessidade de inserção dessa temática nesses componentes. Alguns estudos que podemos considerar para isso são Verrangia e Silva (2010) e Cachapuz et al (2005), que apontam as ausências de pesquisas e práticas que abordem o tema no campo do ensino das ciências.

Quanto os outros componentes, percebemos categorias que os tangenciam, como apresenta a Quadro 3.

Quadro 3: Categorias sobre Diversidade

Categoria	Definição	Componentes Curriculares
Diversidade e Estudos Africanos	Pauta-se nos estudos de fatos, narrativas e contribuições da população africana na construção do Brasil.	Filosofia História
Diversidade como fonte de produção de conhecimento	Pauta-se na diversidade como elemento para criar conhecimento, de produzir algo novo.	Arte História Língua Portuguesa Educação Física
Diversidade como conhecimento Histórico	Pauta-se na perspectiva que a diversidade foi elemento essencial ao longo da história para construção da sociedade moderna.	Arte História Língua Estrangeira Moderna
Diversidade como estrutura de pensamento crítico	Pauta-se no entendimento que o conhecimento da diversidade possibilita ao sujeito refletir sobre a sua própria cultura.	Arte Sociologia Língua Estrangeira Moderna
Diversidade como regionalismo	Pauta-se na perspectiva que a escola deve trabalhar e inserir discussões sobre cultura regional dos alunos.	Geografia História Língua Portuguesa Língua Estrangeira Moderna Educação Física

Fonte: os autores.

Conforme as divisões elaboradas pelos pesquisadores, a ordenação de diferentes abordagens sobre diversidade está da seguinte forma: 1º) História (4 categorias); 2º) Língua Estrangeira Moderna e Arte (3 categorias); 3º) Língua Portuguesa e Educação Física (2 categorias cada); e 4º) Sociologia e Filosofia (1 categoria cada). Nota-se que a categoria mais discutida é Diversidade como regionalismo, aparecendo em 5 componentes curriculares diferentes.

Além dessa estrutura, analisamos como cada componente curricular deve investigar a sua categoria, como é apresentado nos quadros a seguir:

Quadro 4: Categoria 1

Categoria Diversidade e Estudos Africanos	
Disciplina	Tipo de Trabalho Recomendado
Filosofia	Ressalta a filosofia africana como elemento vantajoso de discussões sobre ser dinâmico e dotado de forças. Sua fragilidade é a fundamentação filosófica exclusivamente oral.
História	Sugere-se a história dos africanos como um dos caminhos para o entendimento da história do outro

Fonte: os autores.

Conforme é apresentado na quadro 4, tanto a componente História quanto Filosofia permite entender a africanidade como elemento para a compreensão do outro, afastando-se da visão pejorativa de que tais culturas são inferiores. Em filosofia, as discussões se respaldam na preponderância da positividade dos estudos africanos. Já na História, a compreensão do outro permanece como princípio para o entendimento de nós. Tais compreensões estão associadas as orientações brasileiras sobre o trabalho com as questões africanas em sala (BRASIL, 2004)

A segunda categoria elaborada respalda-se na questão da diversidade na formação do conhecimento humano.

Quadro 5: Categoria 2

Categoria Diversidade como fonte de conhecimento	
Disciplina	Tipo de Trabalho Recomendado
Arte	Ao aprender sobre a diversidade, o aluno possibilita adquirir conhecimentos sobre criação artística.
História	Compreender a narrativa histórica como fruto do olhar do historiador sobre diversidade cultural percebida.
Língua Portuguesa	A diversidade cultural reflete significativa na diversidade textual, uma vez que essas estão atreladas aos usos sociais dos sujeitos
Educação Física	A diversidade das práticas corporais do outro como forma de resignificar a do educando.

Fonte: os autores.

Perante a análise da quadro 5, quatro disciplinas possuem como fundo de trabalho a questão da diversidade e sua relação para produção de conhecimento. A componente Arte propõe que a compreensão das racionalidades presentes na diversidade possibilita expandir a capacidade de criação dos alunos. Nesse sentido, em História, o próprio ato de historicizar é visto um encontro entre estudioso e a narrativa histórica de outra cultura.

Em Língua Portuguesa considera-se que as produções de diferentes gêneros são fruto da relação língua e diversidade. Ou seja, o texto em língua portuguesa faz-se nos seus usos sociais, na função comunicativa que cumpre. Já em Educação Física percebe-se o corpo quanto conhecimento e, deste modo, suas manifestações e seus conteúdos são frutos da cultura. Esta é a única disciplina que possui um eixo norteador para a diversidade, denominado Cultura Corporal e Diversidade.

A categoria seguinte, percebida pelos pesquisadores, consistiu na implicação da diversidade enquanto forma de conhecimento histórico.

Quadro 6: Categoria 3

Categoria Diversidade como conhecimento histórico	
Disciplina	Tipo de Trabalho Recomendado
Arte	Produção diferenciada da arte ao longo da história e sua relação com os costumes e compreensões de mundo das gerações.
História	Propõe um trabalho em que considere a história paranaense como fruto das demandas e organizações dos movimentos sociais.
Língua Estrangeira Moderna	Pluralismo linguístico como forma de valorização das diferentes culturais que constituíram o Paraná

Fonte: os autores.

Notou-se a presença dessa categoria em três componentes curriculares: Arte, História e Língua Estrangeira Moderna. Na disciplina de Arte, o documento ressalta que, ao longo da história diferentes grupos culturais manifestaram-se pela música e pintura, o que resultou na mescla de gêneros musicais e escolas de pintura que temos na atualidade. Quanto a História, o currículo propõe que o estado do Paraná surge a partir do encontro da diversidade, ou seja, da convivência entre movimentos e pensamentos culturais. Por fim, ao se referir a Língua Estrangeira Moderna, a questão histórica é evidenciada pela miscigenação de línguas e dialetos de diversos povos que compõem o estado, perfazendo modos únicos de ser e falar.

A quarta categoria refere-se à relação entre a diversidade com a possibilidade de constituição de um pensamento crítico, quadro 7.

Quadro 7: Categoria 4

Categoria Diversidade como estrutura de pensamento crítico	
Disciplina	Tipo de Trabalho Recomendado
Arte	Pretende que olhares diferentes sobre o mundo possam criar criticidade.
Sociologia	Pensamento sociológico sobre diversidade descortina as estruturas que permitem desigualdades e antagonismos sociais
Língua Estrangeira Moderna	Pretende-se que o aluno reconheça as diferentes línguas como possibilidades de construção de significados em relação ao mundo.

Fonte: os autores.

Nessa perspectiva, encontramos três disciplinas que apresentam elementos significativos de discussão: Arte, Sociologia e Língua Estrangeira Moderna. Para o currículo de Arte, os alunos precisam adquirir conhecimentos sobre a diversidade de pensamentos culturais e de criação artística desenvolver o pensamento crítico. Já na componente Sociologia, o debate sobre diversidade é compreendido como forma de desvelar os mecanismos sociais que são produtores da desigualdade. Essa perspectiva segue na disciplina de História, que visualiza que, a partir do reconhecimento da diversidade cultural, o sujeito pode perceber que as desigualdades são construções sociais e, sendo assim, podem ser transformadas.

Autor

A última categoria por nós suscitada é a exaltação do regionalismo como elemento para discutir diversidade, apresentada na quadro 8.

Quadro 8: Categoria 5

Categoria Diversidade como regionalism	
Disciplina	Tipo de Trabalho Recomendado
Geografia	Manifestações locais de apropriação e produção do espaço
História	Tomar a história do Paraná como ponto de partida, relacionando com o encontro de culturas.
Língua Portuguesa	Apresentar e trabalhar com os fatores que levam a diversidade linguística
Educação Física	Valorização das práticas corporais das comunidades da região
Língua Estrangeira Moderna	Valorização do plurilinguismo paranaense, fruto da sua colonização.

Fonte: os autores.

Essa categoria é o mais presente no currículo paranaense, sendo vista nas disciplinas de: Geografia, História, Língua Portuguesa, Educação Física e Língua Estrangeira Moderna. Em Língua Portuguesa e em Língua Estrangeira Moderna, essa discussão passa pelo pressuposto do pluralismo linguístico do estado, pensando nas variações do português e nas tradições europeias e africanas do estado. Na componente Educação Física, o regionalismo emerge pela valorização das experiências corporais da comunidade e da busca de formas de manifestações do povo do campo e dos povos indígenas. Em História e Geografia surgem a orientação para o trabalho como um todo ser pautado no local, sendo que a partir dele deve se constituir toda história e geografia do país e mundo.

Considerações Finais

Por meio desta pesquisa buscou-se compreender melhor sobre a questão da diversidade no cotidiano escolar, pois como se sabe a escola é um dos principais ambientes onde se pode encontrar uma miscigenação, além de ser o local que pode fazer diferença na vida de uma criança ao transmitir o papel da conscientização e respeito ao próximo em relação as características individuais de cada cidadão.

Notou-se a partir da realização desta pesquisa que a diversidade está presente em todos os contextos da sociedade, pois vivemos em um mundo, onde a várias culturas diferente, variações

linguísticas e cada lugar possui a sua própria história, também a sua forma de se vestir e não precisamos ir longe para perceber a diversidade a qual vivemos, no Brasil a uma grande diversidade de cultura, história e de língua, cada região do nosso país apresenta características próprias e distintas, desta forma a escola é o local fundamental para se trabalhar esta questão mostrando aos alunos a importância de respeitar e valorizar as diferenças.

As políticas públicas voltadas para a diversidade no contexto escolar enfatiza que essa temática deve ser abordada para que a discriminação de todos os gêneros, raças, etnias, culturas, dentre outras seja erradicadas da nossa sociedade, no entanto, é importante esclarecer que além de ser abordada na escola, os conceitos de respeitos devem ser aplicados em casa para que as crianças cresçam conscientes do seu papel na sociedade para que respeitem os demais independente das diferenças individuais de cada um, pois somos todos iguais e merecedores do mesmo respeito.

Referências

BENTES, J. A. et al. Normalidade, diversidade e diferença: como o corpo de pessoas com deficiência é visto na atualidade?. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 2, p. 795-816, 2016.

BERSAGUI, T. C.; JUNG, H. S.; SILVA, L. Q. O Currículo, o Docente e a Dimensão Atitudinal: uma construção de valores. **Revista CAMINE: Caminhos da Educação**, v. 11, n. 1, p. 30-47, 2019.

BESLEY, T.; PETERS, M. A. **Subjectivity & truth: Foucault, education, and the culture of self**. New York: Peter Lang Publishing, 2007.

BRASIL. **Lei. 11.645** – 10 março de 2008. Altera a lei n. 9.394. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

_____. **Lei n. 10.639** – 09 de janeiro de 2003. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96**. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, 2004.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Documento Introdutório. Brasília: MEC, 1998.

CACHAPUZ, A. et al. **A necessária renovação do ensino das ciências**. São Paulo: Cortez, 2005.

CANCLINI, N. G. Diversidade e Direitos na Interculturalidade Global. **Revista Observatório Itaú Cultural**. São Paulo, nº 8 (abr/jul 2009), p. 143-152, 2009.

CANDAU, V. M. F. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 240-255, 2011.

CANEN, A. Educação multicultural, identidade nacional e pluralidade cultural: tensões e implicações curriculares. **Cadernos de pesquisa**, n. 111, p. 135-149, 2000.

CARRARA, S. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

DINIZ, M. et al. A formação e a condição docente num contexto de complexidade e diversidade. **Formação Docente—Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 3, n. 4, p. 13-22, 2011.

FERNANDES, J. R. O. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cadernos Cedes**, v. 25, n. 67, p. 378-388, 2005.

GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, N. L. Educação e Diversidade Étnicocultural. In: RAMOS; A. B. (Org.). **Diversidade na Educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, 2003.

GUSMÃO, N. M. M. Desafios da diversidade na escola. **Mediações—Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, p. 9-28, 2000.

HALL, S. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 68-74, 1996.

KADLUBITSKI, L.; JUNQUEIRA, S. Diversidade cultural e políticas públicas educacionais. **Educação. Revista do Centro de Educação**, v. 34, n. 1, 2009.

MANOEL, V. M.; MORAES, J. C. P. As compreensões de Docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental sobre as Discussões em sala de Gênero e Sexualidade. In: **Congresso Nacional de Educação**, Bauru, 2017.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2012.

NUNES, M. S. F. **Diversidade cultural no contexto escolar**. Praia: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, 2013.

ORTIZ, R. et al. Diversidade cultural e cosmopolitismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 47, p. 73-89, 1999.

PEIXOTO, Z. M. F. Ícones Brasileiros e suas Contribuições para a Humanidade. In: **II Congresso Nacional de Conscienciologia**, 2008.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOARES, M. B. Língua escrita, sociedade e cultura: Relações, dimensões e perspectivas. São Paulo: **Revista Brasileira de Educação**. 2003.

VÁZQUEZ, D.; DELAPLACE, D. Políticas públicas na perspectiva de direitos humanos: um campo em construção. **Revista internacional de direitos humanos**, v. 8, n. 14, p. 34-65, 2011.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Zahar, 1994.

VERRANGIA, D.; SILVA, P. B. G. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de ciências. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 3, 2010.

WANG, M. A. L. **Possibilidades e limites para diversidade de interações sobre política partidária em blogs.** Tese de doutorado em Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

Recebido em 12 de fevereiro de 2020.

Aceito em 17 de março de 2020.